

A EDUCAÇÃO DO CAMPO E O ESTÁGIO CURRICULAR

Lisia Ferreira Michels¹
Patrícia Guerrero²
Solange Toderó Von Onçay³

1 INTRODUÇÃO

Este artigo tem por objetivo discutir a formação de professores no Curso de Licenciatura Interdisciplinar em Educação do Campo (LIDOC), da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), e apresentar a proposta de estágio curricular deste curso..

A educação do campo tem um vínculo de origem com as lutas sociais camponesas. Este vínculo lhe confere um traço de identidade importante no Brasil e busca construir outro olhar para a relação campo e cidade, vista a partir do princípio de igualdade social e diversidade cultural.

No entanto, nem sempre foi levada em consideração esta relação e esta necessidade. Somente a partir da intensificação das lutas pelos direitos sociais, incluindo o direito a terra, que a educação do campo foi se constituindo. Nesta perspectiva, a Reforma Agrária no Brasil e a conquista da terra estão na base da proposta da Educação do Campo.

A partir desse contexto de mobilização social, nas décadas de 1980 e 90, e da promulgação da Constituição de 1988, é que se consolidou o compromisso do Estado e da sociedade brasileira em

¹ Doutorado em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP). Atualmente é professora da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). E-mail: lisia.uffs@gmail.com

² Doutora em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Docente da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). E-mail: patricia.guerrero@uffs.edu.br

³ Doutoranda em Antropologia Social pela Universidad Social Nacional de Misiones. Docente da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). E-mail: solange.oncay@uffs.edu.br

promover a educação para todos, sendo garantidos os direitos ao respeito e à adequação da educação às singularidades culturais e regionais. É a partir da efetivação desta proposta que se avalia a necessidade de construção de um sistema público de educação do campo.

A especificidade da vida no campo foi acentuada com a discussão e a aprovação da Lei nº 9394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – que, em seu artigo 28, propõe medidas de adequação da escola à vida do campo, questão que não estava anteriormente contemplada. Neste âmbito, também se aponta o desafio da universidade para atender o público que vive no campo, no sentido de valorizar e respeitar a identidade e a diversidade sócio-cultural e material desse público, buscando contribuir para o processo de desenvolvimento sustentável das áreas rurais.

Complementando os documentos anteriores, o Decreto nº 7.352/2010, que dispõe sobre a política de Educação do Campo, propõe ações voltadas à ampliação e qualificação da oferta da educação básica, incluindo a modalidade Educação de Jovens e Adultos e Educação Superior, com prioridade para a formação de professores do campo. Tal proposta prevê a adequação dos conteúdos curriculares e das práticas metodológicas às reais necessidades e interesses das populações camponesas e dos povos tradicionais.

Desde o projeto de criação da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), em 2009, com vistas a atender uma das demandas do Território Cantuquiriguaçu (PR), foi criada e está em implantação a Licenciatura Interdisciplinar em Educação do Campo. Em se tratando da realidade local, é pertinente considerar a ruralidade como um traço marcante da região de abrangência da Universidade. Em meio a este contexto regional, esta Universidade está comprometida com o desenvolvimento territorial e com o acesso à educação emancipatória, vista como um direito de todos.

Nesse sentido, a UFFS já nasceu enraizada na discussão territorial e tem como missão:

- 1) Assegurar o acesso à educação superior como fator decisivo para o desenvolvimento da região da fronteira sul, para a qualificação profissional e a inclusão social;
- 2) Desenvolver atividades de ensino, pesquisa e extensão buscando a interação e a integração das cidades e estados que compõem a grande fronteira do Mercosul e seu entorno.
- 3) Promover o desenvolvimento regional integrado – condição essencial para a garantia da permanência dos cidadãos graduados na Região da Fronteira Sul e da reversão do processo de litoralização, hoje em curso.

A criação do Curso de Licenciatura Interdisciplinar em Educação do Campo vem no intuito de atender esta especificidade regional, sendo que as escolas do campo representam um *locus* privilegiado para a pesquisa e para os programas de extensão. A articulação ‘por uma educação do campo’ representa uma força política de grande relevância, e defende acesso e o direito a políticas públicas específicas e diferenciadas para os povos do campo.

Neste sentido, a Educação do Campo tem considerado o acúmulo teórico e pedagógico dos movimentos sociais e sindicais na construção e elaboração das políticas de educação e de formação da classe trabalhadora/povos do campo. Este movimento tem imprimido reformulações e garantias de políticas públicas que invertam a perversa lógica do desmantelamento de escolas e comunidades camponesas.

Ao defender a Educação do Campo como possibilidade de transformação da sociedade vigente, Caldart (2002) argumenta:

a Educação do Campo é a concretização da educação e transformação da sociedade, compreendida a partir dos sujeitos que tem o campo como seu espaço de vida. Nesse sentido, ela é uma educação que precisa ser *no* e *do* campo - *No*, porque “o povo tem o direito de ser educado no lugar onde vive”; *Do*, pois “o povo tem direito

a uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais” (CALDART, 2002, p. 26).

Mas não é qualquer projeto de educação que serve aos trabalhadores do campo, é necessária a construção efetiva de uma proposta condizente com a realidade vivida pelos sujeitos em questão. Trata-se de defender, como afirma Munarim (2008, p. 59) “[...] um movimento organizado na perspectiva de construção de uma identidade da educação do campo, num processo de duas faces, de cunho pedagógico e de cunho político”.

Um dos eixos importantes, na formação pedagógica e política de professores da Educação do Campo, diz respeito à organização dos estágios curriculares. As atividades relacionadas ao Estágio Supervisionado da prática docente, que integram o Currículo da Licenciatura Interdisciplinar em Educação do Campo da UFFS, no campus Laranjeiras do Sul (PR), objetivam constituir processos densos de estudo, reflexão e diálogo com as concepções que fundamentam a Educação do Campo, na interface com as práticas desenvolvidas nas escolas do campo. Conforme Konzen (2010), “[...] trata-se de atividades em que as relações entre teoria e prática se evidenciam de forma mais explícita e articulada”.

Considerando esta perspectiva dialética, a categoria ‘reflexibilidade’ passa a ser entendida como uma referência teórica historicamente situada, na qual os sujeitos estão incluídos, ou seja, é desde a sua realidade que se evidencia a possibilidade de transformá-la. Neste sentido, a perspectiva ‘teórica’ diz respeito à compreensão crítica das práticas sociais, isto é, das formas pelas quais os homens produzem sua historicidade, a partir da qual se pode projetar a ação transformadora intencional (MARX, 1989).

Dessa forma, o Estágio tem procurado construir possibilidades de ampliação teórica e prática no campo pedagógico, voltadas a Educação do Campo, por meio de experiências de

aprendizagem contextualizadas e flexibilizadas pela prática social, buscando e construindo o conhecimento a partir da relação com o processo educativo escolar.

O curso traz um viés de construção em parceria com os diferentes atores, que inclui a sociedade civil organizada. Neste sentido, precisa expressar, por meio da prática do estágio, este vínculo concreto, que se dá desde a parceria com as escolas do campo e suas comunidades, com os representantes dos movimentos sociais da região até com os gestores da política pública da Educação do Campo. Desta forma, o estágio está sendo construído a partir dos diálogos investigativos com os sujeitos envolvidos na prática pedagógica (professores, alunos, gestores, pais e comunidade escolar) com o objetivo de garantir as relações entre o referencial teórico, desenvolvido no curso de graduação em Educação do Campo, e o que emerge das demandas das escolas do campo.

De acordo com o Projeto Político Pedagógico do Curso, o Estágio Curricular obrigatório visa aproximar o estudante da realidade do campo e da Educação do Campo, qualificando a interpretação desta realidade complexa e interdisciplinar, bem como a intervenção educacional no contexto escolar e comunitário. Visa, ainda, capacitar o estudante, teórica e metodologicamente, para o desenvolvimento de estratégias educativas nas escolas e nas comunidades do campo através da habilitação por área do conhecimento⁴, desafiando os educadores para a construção de novas bases de organização do trabalho escolar e pedagógico.

Baseada nestas propostas, a organização curricular prevê cinco etapas de Estágio⁵, realizadas nas séries finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio das Escolas do Campo ligadas às

⁴ O Curso de Graduação Interdisciplinar em Educação no Campo – Licenciatura habilita os estudantes nas áreas de Matemática e Ciências da Natureza e Ciências Agrárias.

⁵ No total, são 405h/a de Estágio Curricular Supervisionado.

comunidades rurais ou localizadas no perímetro urbano dos pequenos municípios, cujos educandos provém do campo, conforme o que dispõe o Parecer n. 1011/2010 do Conselho Estadual da Educação/Câmara de Educação Básica. O campo de estágio abrange, ainda, a Educação de Jovens e Adultos, as Escolas Agrícolas e as Escolas Indígenas.

O Estágio Curricular Supervisionado I, realizado na quinta fase do curso, refere-se ao momento de Caracterização da Escola, de observação da realidade, elaboração de diagnóstico e organização de elementos para o Estágio Docência. O Estágio Curricular Supervisionado II centra-se na Gestão Escolar, na observação e análise das atividades escolares de gestão, do trabalho profissional, dos espaços educativos e das relações interpessoais estabelecidas no espaço escolar. Nos Estágios III, IV e V, os estudantes têm a oportunidade de acompanhar os processos de organização e planejamento do trabalho docente além do exercício da prática de ensino em sala de aula, iniciando pela área da Matemática e prosseguindo com as Ciências da Natureza.

Para cada fase, é construído um instrumento de orientação, estudo e contextualização das concepções e práticas docentes a partir de referenciais teóricos que, pela própria fundamentação dialética, envolve a participação dos estagiários no processo de aplicação, análise e reconstrução do próprio instrumento. Considera-se, inclusive, que este movimento é educativo-pedagógico na formação do estagiário. Diante da metodologia adotada, o processo desenvolve-se orientado em diferentes momentos⁶:

Primeiro Momento: Pesquisa investigatória sobre as questões centrais que possibilitem caracterizar a escola do campo. Essa etapa está dividida em três ações complementares: a) pesquisa documental – leitura e análise do Projeto Político Pedagógico, a fim de desvelar os traços da educação do campo

⁶ Vale ressaltar que o Estágio Curricular Supervisionado I teve início no 1º semestre de 2012.

presentes no documento; b) observação e diálogo com os diversos segmentos da escola, com o propósito de registrar os aspectos pedagógicos visualizados; c) observação e conversas com os sujeitos da escola, no intuito de identificar questões relacionadas ao perfil social, cultural, econômico e político dos sujeitos que integram a comunidade escolar. Neste primeiro momento, as estagiárias se propõem a analisar algumas questões centrais para as escolas do campo, tais como: Apontar se a escola do campo anuncia em seu projeto político-pedagógico a concepção de educação do campo; analisar as implicações deste anúncio, e se é possível perceber sinais deste anúncio na prática vivida na escola, e onde, quais e como ele se desenvolve.

Segundo Momento: É realizado um seminário, em sala de aula, para socializar os elementos que foram coletados no contexto escolar e, posteriormente, analisados e categorizados pelos estagiários.

Terceiro Momento: Retorno ao contexto escolar para complementar o trabalho, identificando novos elementos, debatendo e refletindo junto à escola.

Quarto Momento: Seminário de socialização realizado na Escola do Campo, com a presença da comunidade escolar (alunos, professores, gestores).

Quinto Momento: Elaboração de uma reflexão fundamentada, a partir do que foi vivenciado na prática e a partir do debate socializado, originando a construção de um artigo científico, que poderá ser elaborado em grupo;

Sexto Momento: Análise e aprofundamento individual, com produção de síntese, cujo papel é intervir nos aspectos que se revelaram mais importantes para o avanço da proposta da escola

em estudo. Entrega do relatório final, contendo caracterização e categorias, aprofundadas teoricamente⁷.

O processo avaliativo do Estágio ocorre concomitantemente às suas etapas de desenvolvimento, através de diálogos críticos e reflexivos estabelecidos com e sobre o contexto escolar. Neste sentido, compreendemos a avaliação de aprendizagem conforme defende Abramowicz (2003, p. 35), “[...] como um processo dialógico, interativo, que visa fazer do indivíduo um ser melhor, mais crítico, mais criativo, mais autônomo, mais participativo”.

2 REFLEXÕES ACERCA DO PROCESSO DO ESTÁGIO EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

Para iniciar o Estágio I, foram construídos os critérios para escolha das escolas, em comum acordo com as futuras estagiárias. As escolas do campo foram priorizadas, especialmente aquelas que vinculadas à comunidade das próprias estagiárias, que vivem no campo. As alunas tiveram a possibilidade de estudar a sua comunidade. Neste primeiro estágio, foram escolhidas três escolas, sendo uma no assentamento, ligada ao Movimento Sem Terra (MST), e duas em espaços rurais. Consideramos fundamental, para a formação do educador do campo, sua análise das e inserção nas comunidades rurais, principalmente se estes alunos da graduação têm sua origem e vida no campo. Nesta dimensão, concordamos com Arroyo (1999, p. 42, apud DALMAGRO, 2011, p. 178), que a escola tem que estar colada às raízes mais imediatas das vivências do sujeito, onde o sujeito se produz e reproduz.

O processo desenvolvido à luz da perspectiva dialética, a qual pressupõe uma ‘unidade’ entre teoria e prática, materializou-se ao vivenciarem-se momentos de interação na escola, compreendendo-a como espaço de trabalho coletivo, de reflexão e ação pedagógica, e

⁷ Estes momentos foram desenvolvidos com o acompanhamento e a intervenção pedagógica da Orientadora e da Supervisora do Estágio, que darão continuidade a esta prática no decorrer do Estágio Supervisionado II.

de complemento do exercício da formação profissional em seu itinerário formativo. Ao articular o percurso de construções investigativas e de pesquisa nas comunidades educativas, inventariando e interpretando a realidade na concepção da educação do campo, procurou-se alicerçar o diálogo entre teoria e prática, uma vez que se compreende a importância do rigor metodológico e da consistência na pesquisa investigativa, quando teorizada.

Nas experiências desenvolvidas, tendo como foco a caracterização da escola, por meio dos aspectos que emergiram, foi intensificado o aprofundamento das categorias teóricas. As educandas (todas do sexo feminino), da quinta fase do Curso de LIDOC, em seu primeiro contato com a prática, dentro de um contexto de cinco Estágios, avaliaram que a experiência foi significativa para sua formação docente. Vivenciar o cotidiano da escola, levantar informações, por meio do diálogo com os diferentes sujeitos e dos estudos sobre a documentação pedagógica, foi enriquecedor, conforme apontam as estudantes. No entanto, socializar o que foi pesquisado com os atores sociais da escola, em forma de seminário, foi um grande desafio, que gerou diversas reações entre os participantes das escolas, desde o diálogo pedagógico denso, conscientizador e o desejo de superação, até o diálogo tenso, carregado de posturas adversas diante dos reais aspectos do cotidiano escolar analisados.

Consideramos importante destacar as primeiras seis categorias que emergiram dos dados levantados neste primeiro estágio.

A primeira categoria diz respeito ao fechamento das escolas do campo do Paraná. Uma das escolas do campo, na cidade de Rio Bonito, foi fechada pelo Governo Estadual do Paraná, o que gerou estridência entre os estagiários e os gestores da escola que, por sua vez, negaram que a escola tenha sido fechada. O Estado deixa de

cumprir uma política pública que interfere diretamente no cotidiano dos sujeitos do campo. Neste sentido, o fechamento de escola do campo afeta diretamente os sujeitos que vivem no e do campo. Conforme argumenta Dalmagro (2011, p. 179) a comunidade rural sofre um abalo em suas referências, na sua identidade.

A segunda categoria diz respeito à relação das escolas do campo com os movimentos sociais. Para o MST, o trabalho e a organização coletiva são valores educativos inerentes ao seu modo de vida; neste sentido, a escola do assentamento precisa de professores comprometidos com a sua luta, com o seu modo de vida. Portanto, o trabalho e a organização na escola do assentamento precisa ter uma ligação com a vida do assentamento. Segundo Vendramini (2011, p. 149), um dos desafios educacionais do MST tem sido a relação entre a educação, a escola e o ensino como produção material da vida. Assim, não basta lutar por escolas, saúde, transporte; é fundamental estabelecer relações nas formas de produzir, de se organizar, formar e ensinar a sua base.

A terceira categoria está relacionada com a necessidade de compreender o conceito de Educação do Campo. Esta fragilidade foi percebida entre educadores e estagiários, e foi possível aprofundar este debate com o aporte do materialismo histórico dialético, que se contrapõe a hierarquia campo e cidade. Para Caldart (2008, p. 67),

Educação do Campo é superação – projeto/utopia: projeção de uma outra concepção de campo, de sociedade, de relação campo e cidade, de educação, de escola. Perspectiva de transformação social e de emancipação humana.

Para a autora, a Educação do Campo expressa e confronta as contradições da sociedade atual, presentes na luta de classes. Portanto, o projeto da Educação do Campo se constitui pelo modo como os trabalhadores do campo se movimentam, formam e transformam a sua condição de camponeses (CALDART, 2011, p. 148).

A quarta categoria diz respeito ao desenvolvimento regional do campo e à permanência dos jovens no campo. Esta categoria levanta a dificuldade dos jovens permanecerem no campo – segundo o IBGE (2008), somente 16,25% da população brasileira reside no meio rural. A permanência dos jovens no campo está interligada com o desenvolvimento regional, de modo que o êxodo rural compromete a sustentabilidade do campo. Um forte questionamento que perpassa a juventude do campo é: Como viver em um lugar que não oferece condições de vida? Para tanto, uma das possibilidades de enfrentamento deste problema é o fortalecimento das políticas públicas para a manutenção dos jovens no campo, com a garantia de escolas do campo que trabalhem fortemente na perspectiva da emancipação dos sujeitos do campo. Nesta ótica, Vendramini (2011, p. 147) lembra que viver em um assentamento não significa o alcance da terra prometida e o sossego, mas significa viver em permanente disputa, tendo em vista que o limite da luta não está na conquista da terra, mas na possibilidade de viver e produzir a existência.

A quinta categoria diz respeito à prática social, ao trabalho e à cultura do campo. Nesta categoria, emergiram questões ligadas à organização escolar e ao trabalho no campo, como uma necessidade de planejar os tempos e espaços educativos para a organização e auto-organização dos educandos. A luta por escola no campo demonstra a necessidade da articulação entre a cultura e o saber do campo com a cultura e o saber sistematizado e historicamente acumulado (DALMAGRO, 2011, 167).

A partir desta primeira experiência do Estágio Supervisionado em Educação do Campo, firmou-se o compromisso de estabelecer estreitos diálogos com as escolas para que estes profissionais, ao se formarem, estejam preparados para lidar com o espaço real, com condições de interpretá-lo e melhorar os aspectos que podem

avançar, fazendo isso de forma coletiva, dialógica, permeada pelos aspectos novos que sua formação teórica possibilitou incorporar.

REFERÊNCIAS

ABRAMOWICZ, A. (org.). **A reconfiguração da escola: entre a negação e a afirmação dos direitos**. Campinas: Papirus, 2003.

BRASIL. Lei n. 9394/96. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial União**, Brasília, DF, v. 134, n. 248, 23 dez. 1996. Seção 1, p. 27834-27841.

CALDART, R. S. A Educação do Campo e a perspectiva de transformação da forma escolar. In: MUNARIM, A. et al. (orgs.). **Educação do Campo: reflexões e perspectivas**. 2 ed. Florianópolis: Insular, 2011.

KOLLING, E. J.; CERIOLI, P. R.; CALDART, R. S. **Educação do Campo: Identidade e Políticas Públicas**. Brasília/DF: Articulação por uma Educação do Campo, v. 4, 2002.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. I - Feuerbach. Trad. Jose C. Bruni e Marco A. Nogueira. 7. ed. São Paulo: Hucitec, 1989.

MUNARIM, A. Trajetória no movimento nacional de educação do campo no Brasil. **Perspectiva**, Revista do Centro de Ciências da Educação, Dossiê – Estudo sobre a escola: dimensões sociológicas e políticas, Florianópolis, v. 22, n. 1, janeiro/junho 2004.

Recebido em 26/09/2012

Aprovado em 16/11/2012